

Encerramento da Advocatus Summit

29 de maio de 2025 · Advocatus Summit

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Boa tarde a todos os resistentes.

É sempre complicado falar a esta hora. Ser o obstáculo entre o almoço e o final de uma conferência não é propriamente uma posição agradável, até porque estarão certamente mais concentrados noutras coisas do que em ouvir alguém fazer grandes discursos.

Em primeiro lugar, gostaria naturalmente de agradecer à Advocatus a oportunidade de estar aqui para encerrar esta conferência, embora me tenha sido atribuída esta ingrata tarefa de falar a esta hora.

É sempre um gosto estar aqui.

Até porque tanto eu como a Advocatus fomos alvo de alguns ataques antes e durante a campanha eleitoral. Por isso, também para mim é particularmente significativo estar hoje aqui.

Como disse o Professor Vera-Cruz, são muitos os desafios que esperam por mim e pelo meu Conselho Geral relativamente à Advocacia.

A Advocacia encontra-se numa encruzilhada evidente, que todos compreendemos. Será necessário tomar diversas decisões que terão impacto em todos nós.

A primeira garantia que aqui deixo, até porque esta foi também uma das matérias em que fui atacado, é a de que, comigo, não haverá uma separação entre diferentes Advocacias.

Não haverá uma separação entre a prática societária, o apoio judiciário, a prática individual ou qualquer outra distinção que pretendam estabelecer.

Sempre defendi a existência de uma única Advocacia.

Não contem comigo para cisões artificiais, criadas com fins políticos ou demagógicos.

Não as farei.

Sempre defendi, e continuarei a defender, que todos somos Advogados, independentemente da área em que exercemos e das diferenças — que não nego que existam — entre as várias formas de exercício da profissão.

Serei, como já afirmei diversas vezes, o Bastonário de todos os Advogados.

Não serei o Bastonário de apenas uma parte da classe e muito menos o Bastonário de uma parte da classe contra outra.

A inteligência artificial, de que aqui se falou, coloca-nos também diversos problemas e desafios.

Ainda esta semana, quando refletia sobre a procuradoria ilícita, interroguei-me sobre a possibilidade de existir procuradoria ilícita praticada, por exemplo, pelo ChatGPT.

É uma questão sobre a qual teremos de refletir.

Naturalmente, não estou a sugerir que vamos processar, entre aspas, o ChatGPT. Mas não deixa de ser curioso e preocupante o risco que pode resultar da utilização destas ferramentas.

Sobretudo quando conhecemos a evolução vertiginosa das plataformas que estão a ser desenvolvidas.

Falo, muito concretamente, de uma ferramenta da Google que me foi apresentada esta semana e que me deixou, por um lado, francamente maravilhado com o tempo que me poderia permitir poupar.

A ferramenta conseguia elaborar articulados com um grau de qualidade muito satisfatório. Mesmo muito satisfatório.

Naturalmente, é necessária alguma programação. E é precisamente aí que reside uma das grandes vantagens dessa plataforma.

Uma das ideias que tem sido transmitida aos Advogados — e estou certo de que muitos dos presentes já a ouviram — é a de que um bom escritório de Advogados que queira sobreviver no futuro, utilizando a inteligência artificial da forma mais correta e eficaz possível, terá de ter um engenheiro informático ao seu lado.

Esse técnico seria necessário para introduzir nos sistemas aquilo que nós, enquanto profissionais do Direito, lhe fôssemos transmitindo.

Acontece que a ferramenta que me foi apresentada pela Google permite que seja o próprio Advogado a programá-la.

Basta escrever aquilo que pretendemos e a própria ferramenta incorpora essas instruções, dispensando a intervenção do técnico informático.

Isto será certamente assustador para os próprios técnicos informáticos, mas também não deixa de ser assustador para nós, Advogados.

A programação é de tal forma simples que introduzimos as instruções que entendemos e, quando fazemos o pedido, obtemos um articulado quase perfeito.

Pelo menos com a perfeição possível para alguém como eu, que tem cada vez menos tempo para exercer Advocacia, mas que ainda vai tentando fazê-lo nas horas vagas.

É, de facto, uma ferramenta muito, muito interessante.

A Ordem dos Advogados irá avaliar se esta ou outras ferramentas semelhantes podem ser disponibilizadas, através da Ordem, aos Advogados inscritos.

Por outro lado, a inteligência artificial poderá também contribuir para esbater algumas das diferenças existentes entre as grandes sociedades e os Advogados em prática individual.

Com uma ferramenta como aquela que vi, ou com outras que já existem no mercado, embora menos sofisticadas, um Advogado em prática individual poderá passar a ter, virtualmente, uma sociedade inteira atrás de si.

Isso é, por um lado, preocupante, mas, por outro, muito aliciante para quem exerce em prática individual, como é o meu caso.

Temos, portanto, pela frente uma enorme diversidade de situações e desafios.

Mas há uma questão que, para mim, é ainda mais importante do que a inteligência artificial.

Essa questão tem a ver com pessoas.

Nos últimos cinco ou seis anos, a Advocacia e o seu Bastonário estiveram numa posição quase equivalente à de uma liderança da oposição.

Isso prejudicou-nos muitíssimo.

Basta observar aquilo que aconteceu à nossa volta.

A nossa classe foi claramente prejudicada por ter permanecido de costas voltadas para o Ministério da Justiça.

Pelo menos, para já, já existem fotografias do Bastonário com a Ministra da Justiça, o que é uma vantagem.

Pelo menos já aparecemos juntos nas redes sociais, o que também poderá ser considerado uma vantagem.

Espero, contudo, que, para além do folclore das redes sociais, consigamos que alguma coisa se traduza efetivamente na prática da nossa profissão.

É naturalmente por isso que lutarei.

Temos de compreender uma coisa que tenho vindo a defender, tanto durante a campanha como agora, e para a qual a Advocatus pode e deve contribuir: a comunicação da Advocacia tem de melhorar.

Temos de adotar uma comunicação completamente diferente.

E não é apenas a Advocacia.

É a própria Justiça, em geral, que tem de comunicar de outra forma.

Um dos maiores problemas da Justiça — e, por vezes, parece-me mesmo ser o maior — surge quando a comunicação social convence a população de que o principal problema da Justiça são, não obstante a relevância que não lhes nego, processos como a Operação Marquês ou o processo do BES.

Isso conduz a uma visão perfeitamente redutora, absurda e aberrante, tanto da Justiça como da Advocacia.

Quando todos pensam que os Advogados são apenas como aqueles que aparecem nesses processos e que trabalham exclusivamente nesse tipo de casos, estamos perante uma imagem completamente incorreta da nossa profissão e da Justiça.

É necessário recentrar a discussão.

Talvez seja também necessário utilizar os mesmos meios e sermos um pouco mais marketeers, para conseguirmos chegar às pessoas e explicar-lhes que existe muito mais Justiça para além do BES e da Operação Marquês.

Não nego, repito, a importância e o interesse desses processos.

Mas, neste momento, é fundamental conseguirmos explicar às pessoas que aquilo que verdadeiramente tem impacto nas suas vidas é, por exemplo, saber quanto terão de pagar de prestação de alimentos.

E, para quem não recebe essa prestação, aquilo que importa é saber quando conseguirá que o tribunal obrigue o outro progenitor a pagá-la.

Isso tem um impacto muito maior na vida concreta das pessoas do que qualquer processo mediático relacionado com o BES ou com a Operação Marquês.

Parece que vivemos todos envolvidos numa espécie de névoa, acreditando que a Justiça se resume a um ou a vários desses processos.

Por mais interessantes que sejam do ponto de vista mediático, as pessoas têm de perceber que o que realmente importa nas suas vidas é a Justiça que está diariamente ao lado delas.

Por isso, a Advocacia, a Advocatus e os restantes meios de comunicação social têm também de nos ajudar a inverter esta narrativa, que apenas prejudica a Justiça.

Quando a Justiça é identificada exclusivamente com esses processos, acaba naturalmente por ser associada a todos os defeitos e dificuldades que esses casos enfrentam.

Mas uma coisa é analisar e julgar um processo com a dimensão da Operação Marquês. Outra, completamente diferente, é resolver o problema de uma pessoa que não recebe uma prestação de alimentos.

Cabe-nos a todos alterar a forma como estas realidades são vistas.

É evidente que vivemos num país onde, por vezes, quem fica em segundo lugar parece ter ganho as eleições.

É verdade que isso acontece.

Mas, nesses casos, só podemos dar os parabéns a quem consegue convencer as pessoas de que assim foi.

O paralelo com a comunicação da Justiça é evidente.

Através de determinadas manchetes, também se convence a população de que a Justiça se resume ao BES e à Operação Marquês.

O mecanismo é o mesmo.

Cabe-nos tentar colocar as coisas no seu devido lugar.

Diria que esta é uma tarefa que deve merecer uma profunda reflexão, tanto por parte da Advocatus como da Ordem dos Advogados, porque é essencial para a própria credibilização da Justiça.

A descredibilização da Justiça não serve a sociedade.

Serve apenas aqueles que querem aproveitar-se dos vazios, da desinformação e das notícias falsas para fazer passar determinadas mensagens.

Se uma atuação do Ministério Público interessa ao meu partido, então o Ministério Público é fabuloso, fantástico e o melhor investigador do mundo. Desde Sherlock Holmes que não víamos ninguém investigar tão bem.

Mas, se for à minha porta que o Ministério Público aparece, venho imediatamente à janela falar com a comunicação social e dizer que o Ministério Público é um crápula, vergado aos interesses políticos daqueles que me querem destruir.

Estou naturalmente a simplificar.

Talvez digam que um Bastonário da Ordem dos Advogados não deveria simplificar desta forma matérias tão complexas.

Mas creio que temos de assumir publicamente que é isto que, muitas vezes, está a acontecer.

O Ministério Público não é, obviamente, uma instituição partidária.

Isso não significa que não possam existir influências. Também não sou ingénuo ao ponto de afirmar que elas nunca existem.

Mas tentar partidarizar tudo é um erro que serve apenas os interesses daqueles que pretendem minar as instituições.

Independentemente de gostarmos mais ou menos do Procurador-Geral da República, do Bastonário da Ordem dos Advogados ou da Ministra da Justiça, é essencial termos uma Justiça forte e credível.

Só uma Justiça forte e credível servirá verdadeiramente toda a sociedade.

Só ela permitirá uma convivência social que, como vemos à nossa volta, não é particularmente fácil neste momento.

Basta pensarmos na crescente multiculturalidade da sociedade e nos desafios que daí resultam para compreendermos os riscos que enfrentamos e aos quais não podemos fechar os olhos.

É por isso que tenho insistido numa ideia, com a qual terminarei esta intervenção: não podemos continuar agarrados a afirmações genéricas.

Por exemplo: “Vamos fazer uma reforma da Justiça.”

Eu já tenho alguns anos disto.

Mesmo que quisesse fingir o contrário, os cabelos brancos não me permitiriam mentir.

É certo que foram também agravados pelo exercício de funções na Ordem dos Advogados. Por vezes, vejo fotografias antigas e as diferenças são bastante evidentes.

Mas há uma coisa que todos aqueles que estudam esta área já terão percebido.

Desde que eu era estudante de Direito que se fala na necessidade de reformar a Justiça e se diz que a Justiça está mal.

Portanto, não estamos perante nada de novo.

Não pensem que estamos diante de mais um facto histórico, como as dobradinhas ou os bicampeonatos.

Não é histórico.

A reforma da Justiça anda por cá há mais tempo do que o bicampeonato do Sporting.

É muito fácil falar numa reforma da Justiça.

Mas já pensaram no que significa, concretamente, reformar a Justiça?

O que é isso?

É pegar no Campus de Justiça e transferi-lo para outro local?

É melhorar as condições de funcionamento de algum serviço?

É alterar as leis?

É reorganizar os tribunais?

É muito fácil um político afirmar que pretende fazer uma reforma da Justiça, porque, depois, raramente alguém lhe pergunta:

“Mas, afinal, o que significa essa reforma?”

Fala-se em pactos. Reúnem-se pessoas para discutir coisas e mais coisas, mas ninguém sabe exatamente o que está a ser discutido e, no final, não sai de lá nada.

Creio que será muito mais eficaz dividir os problemas e reformar a Justiça por partes.

A minha proposta, até pelo que aqui ouvimos no início desta conferência, é que avancemos com reformas setoriais.

Podemos começar, por exemplo, por um dos setores com maior importância na vida diária das pessoas.

Basta observar as estatísticas dos divórcios para perceber que é também um terreno muito fértil para o futuro de nós, Advogados, naturalmente.

Mas não seria mais importante começar por assegurar, por exemplo, que todos os tribunais dispõem de salas destinadas às crianças?

Quem frequenta os tribunais de família assiste, não raras vezes, a crianças deixadas sozinhas num banco do tribunal.

Felizmente, existem alguns exemplos positivos e tribunais que já dispõem desses espaços, o que também deve ser reconhecido.

Mas há muitos outros que continuam a não os ter.

O Campus de Justiça, por exemplo, não dispõe dessas salas.

Assistimos a crianças sentadas sozinhas, por vezes à espera de serem ouvidas, outras vezes simplesmente a aguardar que alguém as venha buscar.

Isto não é digno.

Que imagem da Justiça ficará na memória de uma criança que é deixada daquela forma, praticamente abandonada num tribunal?

Certamente não será uma boa imagem.

Mais tarde, talvez só nos preocupemos com essas crianças quando os problemas se manifestarem sob outras formas: quando os nossos carros forem assaltados, quando as nossas casas forem assaltadas ou quando ocorrer qualquer outra situação ilícita.

Talvez seja mais sensato preocuparmo-nos agora.

O desafio que deixo a todos os que trabalham no setor da Justiça é, portanto, este:

Vamos dividir a reforma da Justiça em pequenos blocos, para que, pelo menos, alguma coisa seja concretizada.

Não passemos todo o tempo apenas a falar de uma reforma da Justiça que nunca chega a acontecer.

Mais uma vez, muito obrigado à Advocatus por me ter permitido fazer o encerramento desta conferência e por me ter transformado no obstáculo entre o almoço e o vosso merecido descanso.

Espero que todos aqueles que trabalham na Justiça comecem a pensar mais nas pessoas.

Por mais inteligência artificial que venha a existir, teremos sempre de preservar as pessoas e manter a ligação humana entre elas.

Muito obrigado.